

ECONOMIA



Nada de novo no pulso da economia brasileira. Os indicadores do nível de atividade dos diferentes setores permanecem fluando em torno da primeira casa decimal, ora acima, ora abaixo de zero. Essa tem sido a toada há mais de trinta meses e nenhuma ação do cardápio neoliberal do governo parece capaz de tirar a economia desse dramático quadro de paralisia e degradação social.

Neoliberalismo não tira economia da crise

Nível de atividade

De acordo com o mais recente indicador antecedente do Banco Central (IBC-Br), a economia brasileira cresceu míseros 0,07% no último mês de agosto frente ao mês imediatamente anterior, acumulando alta de 0,66% no ano de 2019 e 0,87% nos doze meses encerrados em agosto - taxa muito próxima da mediana das estimativas reunidas pelo Relatório Focus (0,88%) para 2019.

Entre os setores de atividade, o destaque positivo entre os indicadores mais recentes foi o setor industrial que cresceu 0,8% na passagem de julho para agosto de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), depois de três meses seguidos de queda.

A recuperação, entretanto, não deve ser vista como virtuosa, posto que resultou em grande medida do avanço da produção da indústria extrativa mineral que, após o acidente em Brumadinho no final de janeiro, havia sofrido forte queda. Nas palavras de An-

dré Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, “é claro que agosto mostra um crescimento, mas tem a característica de estar muito concentrado em uma das quatro grandes categorias econômicas e em dez dos 26 ramos pesquisados. Ou seja, o perfil de expansão não está disseminado para outras atividades”.

Corroborando o diagnóstico de fragilidade do setor industrial, o Indicador Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de Consumo Aparente de Bens Industriais (definido como a produção industrial interna não exportada acrescida das importações de bens industriais) registrou em agosto uma significativa queda de 1,4% na comparação com o mês anterior. Com isso, apesar do excepcional crescimento desse indicador no mês de julho - reflexo do registro concentrado no tempo de operações das importações de plataformas de exploração de petróleo - no acumulado no ano e no acumulado nos doze meses encerrados em agosto, os números permanecem de forma preocupante no campo negativo, respectivamente -1,4% e -1,7% (ver tabela 1).

Tabela 1: Indicadores de produção e consumo de bens industriais

	Mês/Mês anterior dessazonalizado				Mês/Igual Mês do ano anterior				Acumulado	
	Jun./19	Jul./19	Ago./19	TRIM ¹	Jun./19	Jul./19	Ago./19	TRIM ¹	no ano	Em doze meses
Consumo Aparente	0,5	2,9	-1,4	2,7	-6,5	2,0	-2,0	-2,1	-1,4	-1,7
Bens Nacionais	0,9	1,3	-0,3	2,3	-6,8	0,0	-1,3	-2,7	-1,8	-2,5
Bens Importados	-2,2	8,6	-4,6	3,4	-5,6	11,7	-5,4	0,4	0,7	2,2
Produção Industrial (PIM-PF)	-0,6	-0,2	0,8	-0,4	-5,8	-2,4	-2,2	-3,4	-1,7	-1,7

Fonte: Ipea, IBGE e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Nota: "Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

Já as atividades do setor varejista permaneceram praticamente inalteradas em agosto, com uma leve oscilação de 0,1% em relação ao nível do mês imediatamente anterior. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), o varejo vem registrando números positivos naqueles segmentos de consumo de produtos mais básicos (supermercados e artigos pessoais e de uso doméstico), enquanto os segmentos de bens de consumo duráveis ou semi-duráveis seguem no campo negativo. De todo modo, no acumulado no ano se percebe um crescimento de 1,2%, enquanto nos doze meses encerrados no último mês de agosto um avanço de 1,4%.

Quando se consideram, entretanto, as vendas do varejo ampliado (que inclui os segmentos de veículos, motos, partes e peças e de material de construção), o volume de vendas ficou estável (0,1%) frente a julho de 2019. Com isso, a média móvel trimestral mostrou redução no ritmo (0,2%), quando comparada à média móvel no trimestre encerrado em julho (0,4%).

Por fim, o setor de serviços, que responde por mais de dois terços dos empregos no Brasil, registrou um recuo de 0,2% em agosto, na comparação com julho (já com ajuste sazonal). De tal forma, o acumulado no ano ficou em 0,5%, enquanto o acumulado nos doze meses encerrados em agosto atingiu 0,6%. Ainda na série com ajuste sazonal, a média móvel trimestral do volume de serviços variou negativamente (-0,1%). Entre os subsetores que mais têm contribuído para o fraco dinamismo das atividades de serviços, destacam-se os de telecomunicações - com queda de 0,7% nos primeiros oito meses do ano - e o de transportes, com retração acumulada de 3,2% no mesmo período.

Comércio Exterior

Frente aos sucessivos desacertos do Itamaraty no âmbito de nossas relações exteriores e também por conta do acirramento das tensões comerciais entre China e EUA e da crise econômica causada por Mauricio Macri na Argentina, a dinâmica do comércio exterior brasileiro tem surpreendido negativamente até mesmo os analistas mais pessimistas. Depois de quase dez meses de trajetória cadente do **saldo comercial do país**, a terceira semana de outubro registrou o primeiro déficit semanal do ano (218 milhões de dólares), provocado tanto por um aumento de 6,6% das importações quanto por uma queda das exportações de 8,9% - ambos no comparativo com a semana imediatamente anterior.

Entre as principais razões da trajetória cadente das exportações brasileiras ao longo do ano destaca-se a redução da comercialização de soja. Embora ainda responda por 12,7% das exportações totais do Brasil e permaneça como o principal produto de nossa pauta exportadora, entre janeiro e setembro o valor total de soja vendida ao exterior encolheu 22,7% enquanto o volume total reduziu-se em 12,1%. Em grande medida, essa significativa redução das exportações do produto para a China (-26,4%) decorreu da estratégia comercial chinesa, que direcionou parte de sua demanda ao mercado dos EUA como forma de demonstrar sua boa vontade nas disputas comerciais que trava com o país governado por Trump.

Por sua vez, por conta dessa trajetória declinante do saldo comercial brasileiro, o déficit em conta corrente do país vem aumentando mês a mês, tendo atingido 37,4 bilhões de dólares no acumulado dos doze meses encerrados em setembro (2,05%

do PIB). Segundo estimativa da consultoria econômica MUFG Brasil (*Valor Econômico*, 25/10/2019) o Brasil deve terminar 2019 com um déficit em conta corrente de quarenta bilhões de dólares, com tendência de crescimento em 2020.

Face a esse cenário e considerando que crescem as apostas em uma recessão global em 2020, o front externo brasileiro que, ao lado de alguns espasmos do consumo, vinha sendo um dos poucos vetores da economia desde o fim da recessão em 2016, deve perder muito de sua potência nos próximos semestres).

Inflação e política monetária

Depois de registrar leve deflação no mês de setembro (-0,04%), a prévia da inflação de outubro medida pelo IPCA-15 apontou uma taxa de 0,09%, a mais baixa para o mês de outubro desde 1998.

No acumulado no ano o IPCA-15 alcançou 2,69% e, em doze meses, 2,72%. Tais resultados, além de expressarem a anemia que perpassa a economia do país, indicam a probabilidade de o Banco Central terminar 2019 com a taxa de inflação distante do centro da meta de 4,25% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Independentemente do número exato, entretanto, não parece haver dúvida a respeito da lentidão do Banco Central em sua estratégia de redução da taxa básica de juros (Selic), seja porque as próprias estimativas dos economistas ortodoxos indicam um hiato do produto (medida que se propõe a dizer o quanto o PIB está deixando de crescer em relação a seu crescimento potencial) entre -1% e -3%, seja porque em todas as direções que se olhe os sinais de regressão econômica e social são eloquentes.

Tabela 2: Taxa de Inflação

Período	TAXA
Outubro de 2019	0,09%
Setembro de 2019	0,09%
Outubro de 2018	0,58%
Acumulado no ano	2,69%
Acumulado nos 12 meses	2,72%

Fonte: IBGE

Contas Públicas e Política Fiscal

O déficit primário do governo central alcançou 52,1 bilhões de reais no acumulado até agosto de 2019, o que corresponde, em termos reais, a uma queda de 14,6% em relação ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior. Tal resultado, além de contraproducente para uma economia que carece de demanda agregada, foi alcançado de forma questionável, fruto de uma forte redução das despesas discricionárias (-1,3%) no comparativo anual combinado com uma recuperação menos intensa (0,8%) das receitas totais, das

quais grande parte decorrentes de situações atípicas e não recorrentes.

Sobre a estratégia de corte das despesas do governo central, cabe assinalar que a maior parte se deu entre as chamadas despesas discricionárias, cuja contração foi de 17,2% nos primeiros oito meses de 2019 e, destas, a maior redução recaiu sobre os investimentos públicos, notadamente sobre as obras do PAC. Por conta disso, o valor total dos investimentos públicos realizados pelo governo central está atualmente 4% abaixo do que era em agosto do ano passado e 50% abaixo do que era em agosto de 2014.